

**EDITAL DE CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 01/2014**  
**TIPO DE JULGAMENTO: MENOR PREÇO POR ITEM**

O **MUNICÍPIO DE CANDELÁRIA**, através do **SR. PAULO ROBERTO BUTZGE**, Prefeito Municipal, Estado do Rio Grande do Sul, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com a Lei nº 8.666/93 e suas alterações, torna público, para o conhecimento dos interessados, que às 9h, do dia 19 de fevereiro de 2014, na Sede da Administração, sito à Av. Pereira Rego, nº 1665, nesta cidade, a Comissão de Licitações se reunirá com a finalidade de receber e julgar os documentos e as propostas da **CONCORRÊNCIA PÚBLICA, TIPO “MENOR PREÇO”**, que tem por finalidade a **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS DE COLETA SELETIVA, TRANSBORDO, TRANSPORTE E DISPOSIÇÃO FINAL DE RESÍDUOS SÓLIDOS URBANOS CLASSE II – ABNT/NBR 10.004**.

**ITEM I**  
**DO OBJETO**

1.1 A presente licitação na modalidade concorrência visa **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS DE COLETA SELETIVA, TRANSBORDO, TRANSPORTE E DISPOSIÇÃO FINAL DE RESÍDUOS SÓLIDOS URBANOS CLASSE II – ABNT/NBR 10.004**, conforme abaixo especificado:

Item	Un	Descrição do serviço
1	MÊS	<b>CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS DE COLETA SELETIVA, TRANSBORDO, TRANSPORTE E DISPOSIÇÃO FINAL DE RESÍDUOS SÓLIDOS URBANOS CLASSE II – ABNT/NBR 10.004, CONFORME PROJETO BÁSICO, PLANÍLHA ORÇAMENTÁRIA E MAPA EM ANEXO.</b>

**ITEM II**  
**DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**

2.1 Os proponentes ficam cientes de que devem observar as seguintes normas deste edital:

2.1.1 Os serviços de recolhimento de resíduos sólidos domiciliares e de estabelecimentos comerciais, especificados acima deverão ser realizados em todas as ruas do Perímetro Urbano do Município de Candelária, com frequência diária ou alternada, no período de dois turnos com início a partir das 07h30min o primeiro turno e a partir das 15h o segundo turno, correspondendo um roteiro semanal de 670Km, de acordo com mapa anexo e a periodicidade conforme o projeto básico.

2.1.2 Obriga-se ainda a CONTRATADA a observar as normas constantes na Lei Federal 12.305/2010, inclusive as regras que o município vier a adotar por força do Plano Municipal de Gestão de Resíduos Sólidos.

2.1.3 Todos os funcionários deverão estar uniformizados, treinados e com os devidos equipamentos de proteção individual (EPIs) sob-responsabilidade da contratada, bem como ferramentas e utensílios necessários à perfeita realização dos trabalhos.

2.1.4 A equipe para a realização da coleta dos resíduos sólidos domiciliares deverá ser constituída de no mínimo: 01 (um) caminhão 6x2 diesel, com PBT mínimo de 20.000kg, com capacidade mínima de 11m<sup>3</sup> para coletor compactador de carga traseira para o lixo orgânico e capacidade volumétrica igual ou superior a 7m<sup>3</sup> com sistema de compactação para a coleta seletiva. A equipe será composta por (01) um motorista e 03 (três) coletores, sendo utilizados para execução duas equipes em dois turnos de trabalho.

2.1.5 A empresa vencedora deverá fornecer mensalmente relatório da quantidade de resíduos coletados e o destino dos mesmos, por exemplo, aterro sanitário e/ou triagem (quantidade papel, papelão, alumínio, pet...) que deve ser entregue até o 5º dia útil do mês subsequente, no Departamento do Meio Ambiente, sito à Av. Pereira Rego, 1665, Candelária, RS.

2.1.6 São partes integrantes deste Edital o projeto básico, planilha orçamentária e mapa.

### **ITEM III DAS CONDIÇÕES PARA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO E DA FORMA DAS PROPOSTAS**

3.1 Os interessados em participar da presente licitação, representados por pessoa credenciada autorizada à prática de todos os atos e termos do procedimento, deverão apresentar a documentação e a(s) proposta(s) em 02 (dois) envelopes distintos, fechados e indevassáveis, contendo, em suas partes externas, além do nome da proponente, a modalidade e o número da licitação, identificados com a palavra DOCUMENTAÇÃO (envelope nº 01), e PROPOSTA (envelope nº 02).

3.2 A habilitação na presente licitação far-se-á mediante comprovação de capacidade jurídica, regularidade fiscal, qualificação técnica e qualificação econômico-financeira, através de entrega dos documentos no envelope nº 01, contendo, obrigatoriamente, original ou cópia autenticada da seguinte documentação:

AO MUNICÍPIO DE CANDELÁRIA – RS  
EDITAL DE CONCORRÊNCIA Nº 01/2014  
ENVELOPE Nº 02 – DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO  
PROPONENTE – (NOME COMPLETO DA EMPRESA)

#### **3.2.1 CAPACIDADE JURÍDICA:**

a) Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais, e, no caso de sociedade por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores.

#### **3.2.2 REGULARIDADE FISCAL E TRABALHISTA:**

a) Prova de regularidade com a Fazenda Federal (Receita Federal e Dívida Ativa da União), Estadual e Municipal, sendo a última do domicílio ou sede do licitante;

- b) Prova de regularidade relativa à Seguridade Social, demonstrando situação regular no cumprimento dos encargos sociais instituídos na Lei (INSS);
- c) Prova de regularidade junto ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS).
- d) Prova de regularidade perante a Justiça do Trabalho (CNDT – Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – Lei nº 12.440/2011).

### 3.2.3 QUALIFICAÇÃO TÉCNICA:

3.2.3.1 Registro ou inscrição junto ao CRA/RS;

3.2.3.2 Prova de que a empresa possui no quadro funcional permanente profissional(is) de nível superior (arquiteto ou engenheiro), que será o responsável técnico pelo serviço. No caso desse profissional ser empregado, a comprovação se dá mediante cópia da Carteira de Trabalho e Previdência Social (CTPS) e no caso de prestador de serviços, através de contrato de prestação de serviços.

3.2.3.3 A proponente deverá apresentar local onde será realizado o Transbordo e o Aterro dos Resíduos. Tanto a área de Transbordo como o Aterro deverão ter Licença de operação emitida pela FEPAM RS vigente na data da apresentação das propostas, vedada a apresentação de Licença destinada a atender especificamente a determinados municípios ou empresas, ou ter a inclusão expressa do Município de Candelária na Licença; quando a Licença estiver em nome da licitante, deverá ser declarada expressamente a sua disponibilidade e vinculação ao futuro contrato sob as penas das leis; quando a Licença não estiver em nome da licitante, **deverá ser anexada AUTORIZAÇÃO do proprietário, com firma reconhecida, para o licitante destinar a totalidade dos resíduos produzidos pelo Município de Candelária**, por toda a execução do contrato. A licitante que não apresentar o local para o transbordo deverá anexar Termo de Compromisso, onde assume a responsabilidade de, diariamente, transportar e destinar os resíduos coletados no Município de Candelária, apresentando os comprovantes diários de pesagem dos mesmos. Declaração de Isenção de Licenciamento Ambiental para transporte de Resíduos Sólidos Domiciliares em nome da Licitante.

### 3.2.4 QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA:

- a) Certidão Negativa de falência, concordata e recuperação judicial, expedida pelo distribuidor da Comarca sede do proponente ou de execução patrimonial, expedida no domicílio da pessoa física, com data de emissão igual ou inferior a 90 dias.
- b) Balanço patrimonial já exigível e apresentado na forma da Lei, com a indicação do nº do Livro Diário, número de registro no órgão competente e numeração das folhas onde se encontram os lançamentos, que comprovem a boa situação financeira da empresa.
- c) É vedada a substituição do balanço por balancete ou balanço provisório.
- d) Licitantes que utilizam a escrituração contábil digital - ECD e que aguardam a autenticação do balanço patrimonial pela Junta Comercial poderão apresentar, em substituição ao registro, o protocolo de

envio, no Sistema Público de Escrituração Digital - SPED, do balanço à Receita Federal do Brasil.

### **3.2.5 OUTROS DOCUMENTOS:**

- a) Declaração sob as penas da Lei, expedida pela empresa participante, de que a mesma não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de dezesseis anos, de acordo com o que dispõe o decreto nº 4.358 de 05/09/02, conforme modelo em anexo.
- b) Declaração sob as penas da Lei, expedida pela empresa participante, de que a empresa não foi considerada inidônea para contratar com a administração pública.
- c) Declaração expressa, sob as penas da Lei, de que a empresa se sujeita às condições do edital.
- d) Declaração expressa, sob as penas da Lei, de que possui disponível veículo com os requisitos mínimos estabelecidos no objeto deste Edital
- e) Declaração do item 3.5 (para quem quiser utilizar os benefícios da Lei Complementar nº 123 de 14/12/2006).

**3.3** Os documentos de habilitação poderão ser apresentados em original, por cópia autenticada por tabelião, por servidor designado ou por publicação em órgão da imprensa oficial.

**3.4** Os documentos que não indicarem seu prazo de validade deverão ser expedidos com até 90 dias de antecedência da data designada para o recebimento de documentos e propostas.

**3.5** A empresa que pretender se utilizar dos benefícios previstos nos art. 42 à 45 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, deverão apresentar, no envelope de habilitação, declaração firmada por contador, de que se enquadra como microempresa ou empresa de pequeno porte, além de todos os documentos previstos neste edital.

**3.6** A microempresa e a empresa de pequeno porte que atender ao item 3.5, que possuir restrição em qualquer dos documentos de regularidade fiscal, previstos no item 3.2.2 deste edital, terá sua habilitação condicionada à apresentação de nova documentação, que comprove a sua regularidade em dois dias úteis, a contar da data em que for declarada como vencedora do certame.

**3.7** O benefício de que trata o item anterior não eximirá a microempresa e a empresa de pequeno porte, da apresentação de todos os documentos, ainda que apresentem alguma restrição.

**3.8** O prazo de que trata o item 3.6 poderá ser prorrogado uma única vez, por igual período, a critério da Administração, desde que seja requerido por escrito pelo interessado, de forma motivada e durante o transcurso do respectivo prazo.

**3.9** A não regularização da documentação, no prazo fixado no item 3.6, implicará na decadência do direito à contratação, sem prejuízo das penalidades previstas em Lei, sendo facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a assinatura do contrato, ou revogar a licitação.

#### **ITEM IV DA PROPOSTA**

4.1 A proposta deverá ser apresentada em envelope separado e lacrado, com a seguinte subscrição, no centro administrativo da Prefeitura Municipal de Candelária:

AO MUNICÍPIO DE CANDELÁRIA – RS  
EDITAL DE CONCORRÊNCIA Nº 01/2014  
ENVELOPE Nº 02 – PROPOSTA  
PROPONENTE – (NOME COMPLETO DA EMPRESA)

4.2 A proposta deverá ter validade de 60 dias a contar da data de abertura da Concorrência Pública.

4.3 Os preços dos serviços oferecidos não sofrerão alterações em virtude de impostos ou quaisquer outras despesas.

4.4 As propostas deverão ser rubricadas em todas as vias e assinadas em sua última página pelos representantes legais das empresas.

4.5 Não serão aceitas propostas sem assinatura ou cujos valores sejam cotados com mais de duas casas decimais após a vírgula.

4.6 Os preços devem ser cotados na moeda nacional (reais), por mês.

4.7 Somente serão aceitas as propostas cujo preço unitário ofertado não seja superior ao limite de 10% acima do valor especificado na planilha orçamentária. As propostas com valores superiores aos previstos na planilha serão automaticamente DESCLASSIFICADAS.

#### **V - DO CRITÉRIO DE JULGAMENTO**

5.1 Para efeito de julgamento da melhor proposta, será observado o critério de MENOR PREÇO por item.

5.2 Esta licitação será processada e julgada com observância do previsto nos artigos 43 e 44 e seus incisos e parágrafos da Lei nº 8.666/93.

5.3 Serão desclassificadas as propostas que:

5.3.1 - Não contiverem assinatura por ocasião da abertura;

5.3.2 - Contiverem emendas, rasuras ou entrelinhas, que tornem ilegível a proposta;

5.3.3 - Provirem de empresas declaradas inidôneas pela Administração Municipal;

5.3.4 - Não estiverem de acordo com as demais condições deste Edital;

#### **ITEM VI DO DESEMPATE**

6.1 Como critério de desempate, será assegurada preferência de contratação para as microempresas, as empresas de pequeno porte e as cooperativas (que atenderem aos requisitos do art. 34 da Lei nº 11.488/2007), que comprovarem tal condição na forma estabelecida neste edital.

6.2 Considera-se como empate aquelas situações em que as propostas apresentadas pela microempresa e pela empresa de pequeno porte, bem como pela cooperativa, sejam iguais (empate real) ou superiores em até 10% (dez por cento) à proposta de menor valor (empate ficto).

6.3 A situação de empate somente será verificada após ultrapassada a fase recursal da proposta, seja pelo decurso do prazo sem interposição de recurso, ou pelo julgamento definitivo do recurso interposto.

6.4 Ocorrendo o empate, na forma do item 6.1, proceder-se-á da seguinte forma:

a) A microempresa, a empresa de pequeno porte ou a cooperativa, detentora da proposta de menor valor, poderá apresentar, no prazo de 02 (dois) dias, nova proposta, por escrito, inferior àquela considerada, até então, de menor preço, situação em que será declarada vencedora do certame.

b) Se a microempresa, a empresa de pequeno porte ou cooperativa, convocada na forma da alínea anterior, não apresentar nova proposta, inferior à de menor preço, será facultada, pela ordem de classificação, às demais beneficiadas pela Lei Complementar nº 123/2006, a apresentação de nova proposta, no prazo e na forma prevista na alínea a deste item.

c) Se houver duas ou mais microempresas e/ou empresas de pequeno porte e/ou cooperativas com propostas iguais, será realizado o sorteio para estabelecer a ordem em que serão convocadas para a apresentação de nova proposta, na forma das alíneas anteriores.

6.5 O disposto nos itens 6.1 a 6.4 não se aplica às hipóteses em que a proposta de menor valor inicial tiver sido apresentada por microempresa, empresa de pequeno porte ou cooperativa.

6.6 Se nenhuma microempresa, empresa de pequeno porte ou cooperativa, satisfizer as exigências do item 6.4, será declarado vencedor do certame o licitante detentor da proposta originariamente de menor valor, observando o que dispõe o item 6.7 deste edital.

6.7 Após a aplicação do disposto nos itens 6.1 a 6.6 do edital, se existir mais de um licitante com propostas idênticas, será dada preferência aos bens/serviços, pela ordem:

a) produzidos no País;  
b) produzidos ou prestados por empresas brasileiras; e  
c) produzidos ou prestados por empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País.

6.8 Permanecendo o empate após a aplicação do disposto no item 6.7, será realizado sorteio, em ato público, com a convocação prévia de todos os licitantes na forma do art. 45, § 2º, da Lei nº 8.666/93.

## **ITEM VII DO PAGAMENTO**

7.1 O Pagamento será mensal, até o 5º dia útil do mês subsequente.

7.2 Não será aceito pedido de faturamento para terceiros.

**ITEM VIII**  
**DO REAJUSTE E DO REEQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO**

8.1 Conforme o art. 40, XIV, alínea “c”, da Lei 8.666/93, o critério de atualização financeira dos valores a serem pagos, desde a data final do período de adimplemento de cada parcela, até a data do efetivo pagamento, será a aplicação do IGPM.

8.2 Caso haja alteração imprevisível no custo da prestação do serviço, caberá ao contratado requerer e demonstrar documentalmente, o reequilíbrio econômico-financeiro do contrato, com fundamento no artigo 65, II, ‘d’ da Lei nº 8.666/93.

**ITEM IX**  
**DO FORNECIMENTO**

9.1 Os serviços deverão ser executados de acordo com o previsto no projeto básico e mapa, em anexo.

**ITEM X**  
**DO PRAZO**

10.1 O contrato a ser firmado com a empresa vencedora do certame terá vigência pelo prazo de 12 meses, contados de sua assinatura, podendo ser prorrogado por iguais ou menores períodos, de comum acordo entre as partes, nos limites da Lei 8.666/93, mediante requerimento devidamente fundamentado e aceito pelo Contratante.

**ITEM XI**  
**DOS RECURSOS**

11.1 Em todas as fases da presente licitação serão observadas as normas previstas no art. 109, da Lei nº 8.666/93.

**ITEM XII**  
**DA ADJUDICAÇÃO**

12.1 Após a organização e exame do processo de Licitação, se nenhuma irregularidade for verificada, o Município Contratante adjudicará o objeto para a empresa que efetuou a PROPOSTA DE MENOR PREÇO.

**ITEM XIII**  
**DO CONTRATO**

13.1 Esgotados todos os prazos recursais, a administração convocará o vencedor para assinar o contrato, no prazo de 05 (cinco) dias, sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no art. 81 da Lei nº 8.666/93.

13.2 O prazo que trata o item anterior poderá ser prorrogado uma vez, pelo mesmo período, desde que seja feito de forma motivada, e durante o transcurso do prazo constante do item 13.1.

13.3 Se o 1º colocado não assinar o contrato, será convocada a empresa proponente que obteve a 2ª colocação, em igual prazo e nas mesmas condições propostas pelo primeiro classificado, no mesmo momento a Administração notificará a empresa que não assinou o contrato, para que apresente as justificativas da desistência, julgando-as aceitas ou não para fins de aplicação das devidas sanções, ou então revogará a licitação, sem prejuízo da aplicação da pena de multa, no valor correspondente a 10% (dez por cento) do valor do contrato e mais a suspensão temporária da participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração pelo prazo de 02 (dois) anos.

13.4 Os contratos serão elaborados de conformidade com os padrões usuais de repartições, servindo de modelo a Minuta de Contrato em anexo, e dele farão parte integrantes, mesmo que não transcritos e desde que não o contrariem as especificações gerais, a proposta e os pareceres relacionados.

13.5 Serão de inteira responsabilidade da Contratada as despesas referentes a encargos trabalhistas e previdenciários, relativos aos empregados sob sua dependência e administração, a teor do que dispõe o artigo 71, da Lei nº 8.666/93. A quitação dos referidos encargos deverá ser comprovada trimestralmente junto ao órgão contratante, sob pena de rescisão do contrato.

#### **ITEM XIV DA RESCISÃO**

14.1 O Município fica autorizado a rescindir o contrato a qualquer tempo, em caso de fato superveniente onde reste demonstrado o interesse público, sem nenhum ônus para a Municipalidade.

#### **ITEM XV DAS PENALIDADES**

15.1 Multa equivalente a 5% (cinco por cento) por dia de atraso, limitado esta a 10 (dez) dias de atraso, após o qual será considerado inexecução contratual.

15.2 Multa equivalente a 10% (dez por cento) no caso de inexecução parcial do contrato, sobre o valor remanescente, cumulado com a pena de suspensão do direito de licitar e o impedimento de contratar com a Administração Pública pelo prazo de 02 (dois) anos.

15.3 Multa equivalente a 10% (dez por cento) no caso de inexecução total do contrato, cumulado com a pena de suspensão do direito de licitar e impedimento de contratar com a Administração Pública pelo prazo de 02 (dois) anos.

15.4 Em caso de discrepância de qualidade na prestação dos serviços descrito no objeto, em caso de vícios, defeitos ou incorreções o Contratante poderá rejeitar o serviço, dispondo a Contratada de um prazo de 03 (três) dias úteis para proceder às correções que se fizerem necessárias, conforme dispõe o art. 69 da Lei nº 8.666/93, sob as penas da Lei.

15.5 A advertência será aplicada independentemente de outras sanções cabíveis, quando houver afastamento das condições contratuais ou especificações estabelecidas.



15.6 O vencedor que se recusar injustificadamente em assinar o contrato para prestação do serviço objeto da licitação, estará sujeito às penalidades estabelecidas na Lei nº 8.666/93.

## **ITEM XVI DAS DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS**

16.1 As despesas decorrentes da presente licitação correrão por conta da seguinte dotação Orçamentária e extra-orçamentária a seguir relacionada: 09 002 18 542 075 2166.

## **ITEM XVII DISPOSIÇÕES FINAIS**

17.1 Quando da abertura dos envelopes, somente poderão representar as empresas participantes, os proprietários, sócios responsáveis ou procuradores legais, devidamente credenciados.

17.2 Os documentos necessários para habilitação devem ser apresentados em via original ou cópia autenticada.

17.3 Fica reservado ao Prefeito Municipal de Candelária – RS, o direito de anular parcial ou totalmente a presente licitação, em caso de ilegalidade, de ofício ou por provocação de terceiros, mediante parecer escrito e devidamente fundamentado.

17.4 Fica reservado ao Prefeito Municipal de Candelária – RS, o direito de revogar, parcial ou totalmente a presente licitação, a juízo da administração, caso seja considerada inoportuna ou inconveniente ao interesse público, decorrente de fato superveniente devidamente comprovado, pertinente e suficiente para justificar tal conduta.

17.5 A anulação do procedimento licitatório por motivo de ilegalidade não gera obrigação de indenizar, ressalvado o disposto no art. 59, § único da Lei nº 8.666/93.

16.6 A nulidade da licitação induz a nulidade do contrato, ressalvada a hipótese do art. 59, § único da Lei nº 8.666/93.

17.7 Fica reservado ao Município de Candelária a discricionariedade em contratar ou não o objeto licitado. Entretanto, caso tenha interesse em contratar objeto idêntico ao licitado nesta concorrência, deverá respeitar a proposta dos participantes, não podendo proceder a nova licitação durante o prazo de validade ou a contratação direta sem a desistência do proponente.

17.8 Fazem parte integrante deste Edital a relação da descrição dos itinerários; planilhas orçamentárias, calendário escolar, Lei 003/03, Lei 037/03 e 044/03 e a minuta do contrato.

17.9 Todas as atas, termo de homologação e resultados relativos ao processo licitatório serão publicados na imprensa oficial para fins de ciência e intimação dos atos, qual seja, o mural do Município e o [site www.candelaria.rs.gov.br](http://www.candelaria.rs.gov.br) de acordo com a Lei nº842 de 10 de maio de 2013.

17.10 Os contribuintes que se encontram em débito para com a Fazenda Municipal local não poderão dela receber créditos de qualquer natureza, nem participar de licitação pública ou administrativa para o fornecimento de materiais, obras, equipamentos e prestação de serviços aos órgãos da Administração Municipal, direta ou indireta.

17.11 Maiores informações sobre o presente edital podem ser obtidas junto ao Setor de Compras e Licitações em dia e horário de expediente ou pelo fone (51) 3743-8106. Cópias do edital poderão ser obtidas através do site [www.candelaria.rs.gov.br](http://www.candelaria.rs.gov.br).

Candelária, 09 de janeiro de 2014.

**PAULO ROBERTO BUTZGE**  
Prefeito Municipal

Este Edital de Concorrência 01/14  
foi revisado em \_\_/\_\_/\_\_, e está de acordo com a legislação,  
ressalvado quanto ao objeto, uma vez que este exame desborda  
da análise jurídica.

**DANA BETINA CEZAR**  
Sub-Procuradora do Município  
OAB/RS N° 43.926

**TANAELA ELLWANGER MÜLLER**  
Assessora Jurídica  
OAB/RS N° 86.371

## ANEXOS

### ANEXO I

#### MODELO "A": EMPREGADOR PESSOA JURÍDICA

#### DECLARAÇÃO

Ref.: (identificação da licitação)

....., inscrito no CNPJ nº....., por intermédio de seu representante legal o(a) Sr(a)....., portador(a) da Carteira de Identidade no..... e do CPF no ....., DECLARA, para fins do disposto no inciso V do art. 27 da Lei no 8.666, de 21 de junho de 1993, acrescido pela Lei no 9.854, de 27 de outubro de 1999, que não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de dezesesseis anos.

Ressalva: emprega menor, a partir de quatorze anos, na condição de aprendiz ( ) .

.....

(data)

.....

(representante legal)

(Observação: em caso afirmativo, assinalar a ressalva acima)

## ANEXO II

### MINUTA DE CONTRATO Nº ...../2014

*Contrato de Prestação de Serviços de Coleta Seletiva, Transbordo, Transporte e Disposição Final de Resíduos Sólidos Urbanos Classe II – ABNT/NBR 10.004, que celebram o Município de Candelária e a empresa \_\_\_\_\_, conforme Concorrência Pública nº 01/14 e com base na Lei nº 8.666/93 e suas alterações.*

Pelo presente instrumento o **MUNICÍPIO DE CANDELÁRIA**, pessoa jurídica de Direito Público, com sede na Av. Pereira Rego, 1665, nesta cidade de Candelária, inscrito no CNPJ sob nº 87.568.911/0001-06, neste ato representado por seu Prefeito Municipal, Sr. \_\_\_\_\_, doravante denominado simplesmente **CONTRATANTE**, e de outro lado, a \_\_\_\_\_, inscrito no CNPJ/CPF sob nº \_\_\_\_\_, estabelecido na \_\_\_\_\_, representada pelo Sr. \_\_\_\_\_, portador do CPF nº \_\_\_\_\_, doravante denominado simplesmente **CONTRATADA**, têm por justo e acordado o presente Contrato, que se regerá pelas seguintes cláusulas e condições:

#### DO OBJETO:

**CLÁUSULA PRIMEIRA** - O Contratado prestará ao Contratante, Serviços de Coleta Seletiva, Transbordo, Transporte e Disposição Final de Resíduos Sólidos Urbanos Classe II – ABNT/NBR 10.004, conforme projeto básico, planilha orçamentária e mapa que fazem parte integrante da Concorrência nº 01/14.

**Parágrafo Primeiro:** Os serviços de recolhimento de resíduos sólidos domiciliares e de estabelecimentos comerciais, especificados acima deverão ser realizados em todas as ruas do Perímetro Urbano do Município de Candelária, com frequência diária ou alternada, no período de dois turnos com início a partir das 07h 30min o primeiro turno e a partir das 15h o segundo turno, correspondendo um roteiro semanal de 670Km, de acordo com mapa anexo e a periodicidade conforme o projeto básico.

**Parágrafo Segundo:** Obriga-se ainda a CONTRATADA a observar as normas constantes na Lei Federal 12.305/2010, inclusive as regras que o município vier a adotar por força do Plano Municipal de Gestão de Resíduos Sólidos.

**Parágrafo Terceiro:** Todos os funcionários deverão estar uniformizados, treinados e com os devidos equipamentos de proteção individual (EPIs) sob-responsabilidade da contratada, bem como ferramentas e utensílios necessários à perfeita realização dos trabalhos.

**Parágrafo Quarto:** A equipe para a realização da coleta dos resíduos sólidos domiciliares deverá ser constituída de no mínimo: 01 (um) caminhão 6x2 diesel, com PBT mínimo de 20.000kg, com capacidade mínima de 11m³ para coletor

compactador de carga traseira para o lixo orgânico e capacidade volumétrica igual ou superior a 7m³ com sistema de compactação para a coleta seletiva. A equipe será composta por (01) um motorista e 03 (três) coletores, sendo utilizados para execução duas equipes em dois turnos de trabalho.

**Parágrafo Quinto:** A empresa vencedora deverá fornecer mensalmente relatório da quantidade de resíduos coletados e o destino dos mesmos, por exemplo, aterro sanitário e/ou triagem (quantidade papel, papelão, alumínio, pet...) que deve ser entregue até o 5º dia útil do mês subsequente, no Departamento do Meio Ambiente, sito à Av. Pereira Rego, 1665, Candelária, RS.

#### **DO PRAZO DO CONTRATO:**

**CLAUSULA SEGUNDA** – O prazo do presente contrato será de 12 meses, contados de sua assinatura, podendo ser prorrogado por iguais ou menores períodos, de comum acordo entre as partes, nos limites da Lei 8.666/93, mediante requerimento devidamente fundamentado e aceito pelo Contratante.

#### **DO VALOR DO CONTRATO E FORMA DE PAGAMENTO**

**CLÁUSULA TERCEIRA** – Pagamento será mensal, até o 5º dia útil do mês subsequente.

**Parágrafo Único:** Para o efetivo pagamento, as faturas deverão se fazer acompanhar da guia de recolhimento das contribuições para o FGTS e INSS relativa aos empregados na prestação dos serviços.

**CLÁUSULA QUARTA** - Serão de inteira responsabilidade da Contratada as despesas referentes a encargos trabalhistas e previdenciários, relativos aos empregados sob sua dependência e administração, a teor do que dispõe o artigo 71, da Lei nº 8.666/93. A quitação dos referidos encargos deverá ser comprovada trimestralmente junto ao órgão contratante, sob pena de rescisão do contrato.

#### **DO REAJUSTE E DO REEQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO**

**CLÁUSULA QUINTA** - Conforme o art. 40, XIV, alínea “c” da Lei 8.666/93, o critério de atualização financeira dos valores a serem pagos, desde a data final do período de adimplemento de cada parcela, até a data do efetivo pagamento, será a aplicação do IGPM.

**CLÁUSULA SEXTA** - Caso haja alteração imprevisível no custo da prestação do serviço, caberá ao contratado requerer e demonstrar documentalmente, o reequilíbrio econômico-financeiro do contrato, com fundamento no artigo 65, II, ‘d’ da Lei 8.666/93.

## **DA RESCISÃO**

**CLÁUSULA SÉTIMA** – O Contratante fica autorizado a rescindir o contrato a qualquer tempo, em caso de fato superveniente onde reste demonstrado o interesse público, sem nenhum ônus para a Municipalidade.

## **DAS PENALIDADES**

**CLÁUSULA OITAVA** - Em caso de inadimplemento parcial ou total do presente contrato pela Contratada, demonstrado pelo descumprimento do objeto, lhe será(o) aplicada(s), sem prejuízo da aplicação das demais sanções previstas no art. 87, da Lei nº 8.666/93, do ressarcimento de eventuais perdas e danos, e da responsabilidade criminal, a multa no montante de 10% (dez por cento) sobre o valor contratado.

**CLÁUSULA NONA** - O não cumprimento de qualquer uma das cláusulas estabelecidas neste contrato importará na sua rescisão, conforme estabelece os artigos 77, 78 e 79 da Lei nº 8.666/93, com a respectiva aplicação das sanções administrativas previstas na Lei 8.666/93, quais sejam:

**Parágrafo Primeiro:** Multa equivalente a 5% (cinco por cento) por dia de atraso, limitado esta a 10 (dez) dias de atraso, após o qual será considerado inexecução contratual.

**Parágrafo Segundo:** Multa equivalente a 10% (dez por cento) no caso de inexecução parcial do contrato, sobre o valor remanescente, cumulado com a pena de suspensão do direito de licitar e o impedimento de contratar com a Administração Pública pelo prazo de 02 (dois) anos.

**Parágrafo Terceiro:** Multa equivalente a 10% (dez por cento) no caso de inexecução total do contrato, cumulada com a pena de suspensão do direito de licitar e impedimento de contratar com a Administração Pública pelo prazo de 02 (dois) anos.

**Parágrafo Quarto:** As multas serão calculadas sobre o montante não adimplido do contrato.

**Parágrafo Quinto:** Em caso de discrepância de qualidade na prestação dos serviços descrito no objeto, em caso de vícios, defeitos ou incorreções o Contratante poderá rejeitar o serviço, dispondo a Contratada de um prazo de 03 (três) dias úteis para proceder às correções que se fizerem necessárias, conforme dispõe o art. 69 da Lei nº 8.666/93, sob as penas da Lei.

**Parágrafo Sexto:** A advertência será aplicada independentemente de outras sanções cabíveis, quando houver afastamento das condições contratuais ou especificações estabelecidas.

**Parágrafo Sétimo:** O vencedor que se recusar injustificadamente em assinar o contrato para prestação do serviço objeto da licitação, estará sujeito às penalidades estabelecidas na Lei nº 8.666/93.

#### **DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

**CLÁUSULA DÉCIMA** - As despesas decorrentes do presente contrato correrão por conta da seguinte dotação Orçamentária e extra-orçamentária a seguir relacionada: 09 002 18 542 075 2166.

**CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA** – Quaisquer dúvidas que venham a surgir entre as partes em razão deste Contrato serão dirimidas pelo Foro desta Comarca de Candelária.

E, por estarem de pleno e comum acordo firmam o presente contrato em duas vias de igual teor e forma.

Candelária, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2014.

.....  
**PREFEITO MUNICIPAL**  
**CONTRATANTE**

\_\_\_\_\_  
**CONTRATADA**

**TESTEMUNHAS:**

Nome:

RG:

ASS:

Nome:

RG:

ASS: